

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	029.981/2001
DIVISÃO:	DIQUA - 8/8/2001
MAT.:	VISTO: <i>lindsay</i>

62
FL Nº

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Parecer Técnico DIQUA 266/2001
Processo COPAM: 067/98/05/2000**PARECER TÉCNICO**

Empreendedor: **FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A**
Empreendimento: Ferrovia próxima à Rodovia 135 - Buenópolis
Atividade: Transporte Ferroviário
Endereço: Rua Sapucaí, 383 - Bairro Floresta
Município: Belo Horizonte
Referência: **AUTO DE INFRAÇÃO Nº 174/2000**

Porte: M

RESUMO

A Ferrovia Centro Atlântica S/A - FCA é a concessionária do serviço público de transporte ferroviário de cargas.

Por ocasião da vistoria realizada em 28-7-2000, em atendimento à solicitação da Polícia Florestal de Buenópolis, referente ao acidente ocorrido pela manhã do mesmo dia, às 7h 40min., no km 936 e 590m, município de Buenópolis (MG), foi constatado o tombamento de 6 vagões carregados com Linear Alquilbenzeno - LAB, originários de Camaçari/BA com destino à São Paulo, e o vazamento de 5 vagões.

Estima-se que a quantidade de produto vazado foi de aproximadamente 105 m³ de LAB.

Em vista disso, em 31-8-2000, foi lavrado o Auto de Infração nº 174/2000 por "emitir ou lançar líquidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas do COPAM, em consequência do derramamento de grande quantidade de Linear Alquilbenzeno - LAB proveniente do descarrilhamento de 6 vagões no município de Buenópolis."

No momento da vistoria era aguardada a SOS Cotec, e veículos para realizarem o transbordo e remoção dos vagões danificados e liberação da via. A situação era de total controle.

Em sua defesa ao Auto de Infração nº 174/2000 a empresa não apresenta justificativa técnica para a infração cometida.

Desta forma, este parecer sugere a aplicação das penalidades previstas em lei à Ferrovia Centro Atlântica S/A - FCA.

Divisão de Indústria Química e Alimentícia - DIQUA		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias - DIRIM
Autor: Sebastião Joaquim Bahia	Gerente:	Diretor:
Matheus Marinho de Faria (estagiário)	Márcia Cristina M. Romanelli	Rubens José de Oliveira
Assinatura: <i>[assinatura]</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>
Data: 01/8/2001	Data: 8/8/2001	Data: 09/08/2001

Rubens José de Oliveira
Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias
Diretor

1 – INTRODUÇÃO

A Ferrovia Centro Atlântica S/A – FCA é a concessionária do serviço público de transporte ferroviário de cargas.

Em 28-7-2000, foi realizada vistoria no trecho do ramal ferroviário localizado no município de Buenópolis, atendendo à denúncia de acidente com derramamento de Linear Alquilbenzeno – LAB. O trecho em questão é de responsabilidade da Ferrovia Centro Atlântica S/A.

Por ocasião da vistoria, foi constatado que no dia 28-7-2000, aproximadamente às 7h 40min., ocorreu o tombamento de 6 vagões seguido de vazamento de 5 desses contendo o produto linear alquilbenzeno – LAB para o meio ambiente. Cerca de 105.000 L do produto foi absorvido pelo solo, não atingindo nenhum corpo d'água, que localiza-se a cerca de 100m do local.

Em vista disso, em 31-8-2000, foi lavrado o Auto de Infração nº 174/2000 por "emitir ou lançar líquidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas do COPAM, em consequência do derramamento de grande quantidade de Linear Alquilbenzeno – LAB proveniente do descarrilhamento de 6 vagões no município de Buenópolis."

No momento da vistoria era aguardada a SOS Cotec, e veículos para realizarem o transbordo e remoção dos vagões danificados e liberação da via. A situação era de total controle.

A empresa protocolou a sua defesa em tempo hábil, na qual argumenta que o LAB, por ser uma substância biodegradável, não é causador de degradação ambiental, e dessa forma, solicita o cancelamento do AI.

2 – DISCUSSÃO

Em sua defesa ao Auto de Infração 174/2000, a FCA confirma o acidente ferroviário e o vazamento do produto alquilbenzeno linear, entretanto contesta a infração cometida, alegando que o LAB, substância que atingiu o solo, não é classificado como perigoso, é quimicamente estável, incolor, inodoro, não corrosivo, apresentando grande viscosidade e imissível em água.

Além disso a empresa alega que o LAB não é inflamável, sua taxa de degradação pode atingir 92% em 30 dias e de acordo com os relatórios do fabricante do produto, DETEN e do Laboratório da ROTCEL – Produtos e Serviços para Limpeza Industrial, o produto não causa alterações físicas e químicas em corpos d'água, mas devido a densidade e imissibilidade, podem dificultar a troca gasosa entre a água e o ar, acarretando a diminuição dos valores de oxigênio.

Como providências imediatas visando minimizar os danos causados, a empresa comunicou o fato na mesma manhã à FEAM por meio de fax e contatou imediatamente o Centro de Controle Operacional – CCO visando o acionamento do Plano de Atendimento a Emergências da Ferrovia Centro Atlântica. Promoveu o isolamento da área e iniciou o procedimento de contenção dos vagões tanque que ainda estavam vazando.

Como ações subsequentes, foi realizado o baldeio de todo o produto contido nos vagões acidentados, para novos vagões, utilizando para isso caminhões vacuol e bombas.

Como ações futuras a empresa propõe a raspagem e destinação adequada dos solos atingidos em 3 pontos.

Em vista do apresentado a recorrente pede a anulação do Auto de Infração 174/2000

Do ponto de vista técnico, a consistência e viscosidade do LAB pode causar a morte de pequenos organismos animais e vegetais pela adesão e cobertura de tecidos, impedindo a troca gasosa entre estes e o Ambiente.

O fato do LAB ser biodegradável, ou seja ter sua decomposição ou estabilização de matéria orgânica natural ou sintética, por microorganismos existentes no solo e na água, não evita que uma substância provoque degradação ambiental pois a oxidação da matéria orgânica consome oxigênio e prejudica a biota aquática.

Cabe ressaltar que a própria empresa encaminha junto à defesa, a ficha técnica do produto, na qual cita os dados de perigo à saúde, dentre eles destacam-se os riscos de ingestão que mesmo em pequenas quantidades, podem causar náuseas e vômito, e o contato repetido ou prolongado com a pele pode causar irritação ou ressecamento, progredindo para dermatite. Portanto, o lançamento da substância no meio ambiente causam alterações ambientais.

3 - CONCLUSÃO

A Ferrovia Centro-Atlântica S/A – FCA foi responsável pelo descarrilamento dos vagões, seguido de tombamento e vazamento do produto alquilbenzeno linear – LAB. Aproximadamente 105 m³ da substância química LAB atingiu o solo.

Em sua defesa ao Auto de Infração 174/2000, a empresa não apresenta justificativa técnica para a infração cometida.

Desta forma, este parecer sugere o indeferimento da defesa apresentada pela Ferrovia Centro Atlântica S/A – FCA e a aplicação de multa prevista em lei.

Rubrica do Autor



Parecer Técnico DIQUA 266/2001
Processo COPAM 067/98/005/2000

Processo nº. 067/1998/005/2000

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 174/2000

Apresentado por Ferrovias Centro Atlântica S.A.

PARECER JURÍDICO

1) Relatório:

1 – A empresa Ferrovias Centro Atlântica S.A., já qualificada nos autos, foi autuada como incurso no artigo 19, § 2º, item 4 do Decreto 39.424/98, por ter cometido a seguinte irregularidade, transcrita *in verbis* do Auto de Infração:

“lançar efluentes líquidos causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas, em consequência do derramamento de grande quantidade de linear alquilbenzeno – LAB, proveniente do descarrilamento de 6 vagões no município de Buenópolis.”

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa, tempestivamente, apresentou sua Defesa, alegando em síntese que:

- Houve cerceamento de defesa uma vez que não foram apresentadas mensurações, efetivamente constatadas, para verificação de possível desobediência aos padrões ambientais, bem como o fundamento da penalidade imposta;
- o Auto de Infração em questão é nulo pela falta de fundamentação da suposta infração e da hora do ocorrido;
- o LAB não é classificado como perigoso e não causa alterações físicas e químicas em corpos d'água;
- o produto vazado ficou todo retido em manchas superficiais e subsuperficiais, não atingindo o rio das Pedras e o subsolo;
- tomou providências imediatas e adotou prontamente medidas face ao acidente, bem como ações subsequentes às medidas mitigadoras do dano ambiental.

3 – O Parecer Técnico de fls. 92/95 informa que, do ponto de vista técnico, a consistência e viscosidade do LAB pode causar a morte de pequenos organismos aquáticos, animais e vegetais pela adesão e cobertura de tecidos, impedindo a troca gasosa entre estes e o ambiente e diminuindo a Demanda Química de Oxigênio – DQO. Esclarece ainda que a biodegradabilidade não evita que uma substância provoque degradação ambiental. Ressalta ainda que a própria empresa encaminha junto à defesa a ficha técnica do produto, na qual cita os dados de perigo à saúde. Por fim, conclui que a defesa não apresenta justificativa técnica para a infração cometida, sugerindo seu indeferimento e a aplicação da multa prevista em lei.





4 – Análise Jurídica

No entender desta Assessoria Jurídica, restou plenamente caracterizada a infração.

O Auto de Infração preenche satisfatoriamente aos requisitos do art. 24 do Decreto 39.424/98. Tal dispositivo não exige o requinte de detalhes e formalidades pretendido pela autuada.

Em nenhum momento da Defesa a empresa nega a ocorrência do acidente que culminou com o derramamento do LAB. Alega que a simples presença, lançamento ou liberação de efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos só constitui infração **se potencialmente causador de degradação ambiental**. Ressalta-se que a empresa acostou aos autos a ficha de segurança do produto, de fls.56/57, que informa que o mesmo apresenta riscos à saúde, é corrosivo, apresenta toxicidade em mamíferos que pode levar à cegueira. Portanto, o lançamento da substância no meio ambiente causa alterações ambientais.

Cumpre lembrar que foi infringida a DN COPAM nº 07/81, que proíbe o depósito, disposição, descarregamento, **infiltração** ou **acumulação no solo de resíduos de qualquer natureza**.

II) Conclusão:

Face ao exposto, remetemos os autos ao Sr. Presidente da FEAM, sugerindo a aplicação de uma multa, no valor de 17.500,5 UFIRs, de acordo com o estabelecido no artigo 1º, inciso II, alínea "b" (infração grave, porte médio da empresa), c/c artigo 2º, §1º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98. Lembramos que a multa poderá ser reduzida em até um terço devido à presença da circunstância atenuante de limitação da degradação ambiental causada, nos termos do art. 3º, inciso I, alínea "a".

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2002.


Fernanda Viana de Carvalho
Consultora FUNDEP
OAB/MG 70.265

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	018442/2003
DIVISÃO:	Agv
DATA: / /	VISTO: X

69
FL. Nº

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Processo nº.: 067/1998/005/2000
Interessado: Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Referência: Auto de Infração nº 174/2000

ADENDO AO PARECER JURÍDICO

Tendo em vista a publicação do Decreto 43.127, de 27 de dezembro de 2002, e a alteração dos dispositivos da Deliberação Normativa COPAM nº 27, de 9 de setembro de 1998, com a redação dada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64, de 11 de março de 2003, a Conclusão do Parecer Jurídico emitido em setembro de 2002 passa a ser a seguinte:

"Face ao exposto, remetemos os autos ao Sr. Presidente da FEAM, sugerindo a aplicação de uma multa no valor de R\$ 9.577,43, de acordo com o estabelecido no artigo 1º, inciso II, alínea "b" (infração grave, porte médio do empreendimento), c/c artigo 2º, §1º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, com redação dada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64, de 11 de março de 2003. Ressalta-se que o valor da multa poderá ser reduzida até um terço em virtude da circunstância atenuante da limitação da degradação ambiental causada, conforme o art. 3º, inciso I, alínea "a" DN *supra* citada."

Belo Horizonte, 25 de março de 2003.

Fernanda Viana de Carvalho
Fernanda Viana de Carvalho
Consultora FUNDEP
OAB/MG 70.265